

Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo
Departamento de Formalização e Qualificação no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Responsável



ORIENTAÇÕES PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS

BRASÍLIA, 2016

**PRESIDENTE INTERINO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

MICHEL TEMER

MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO

HENRIQUE EDUARDO ALVES

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

ALBERTO ALVES

**SECRETÁRIO NACIONAL DE
QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO
NO TURISMO**

HERCY ALVES RODRIGUES FILHO
(INTERINO)

**DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE
FORMALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO
NO TURISMO**

ISABEL BARNASQUE (INTERINA),
COORDENADORA-GERAL DE
TURISMO RESPONSÁVEL

BRASÍLIA, 2016

FICHA TÉCNICA

MINISTÉRIO DO TURISMO

COORDENAÇÃO-GERAL:

WILKEN SOUTO

COORDENAÇÃO TÉCNICA:

ISABEL BARNASQUE

EQUIPE TÉCNICA:

ANA LÚCIA CARRIAS

ANA MÁRCIA VALADÃO

PEDRO FILIPE DE BRITO SOARES

EQUIPE DE APOIO:

ADELINO SILVA NETO

CRISTIANO BORGES

FABIANA OLIVEIRA

FERNANDA CRISTINA MATOS

ÍTALO MENDES

LARISSA RODRIGUES PEIXOTO

LENA BRASIL

LUCIANA AMADO GUIMARÃES

MARCOS FILIPE GUERRA

NAYARA RODRIGUES MARQUES

NEUZA HELENA DOS SANTOS

NILVANA RIBEIRO SOARES

PALOMA CAMPOS NASCIMENTO

RAFAELA LEHMANN

RODRIGO TELES MESQUITA

SINARA ALVES DE SOUZA

TAMARA GALVÃO

THYAGO FERNANDEZ

VITOR IGLEZIAS CID

VIVIANE DE FARIA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	6
CONCEITOS	7
• Sustentabilidade	7
• Turismo sustentável	7
A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE NO TURISMO.....	8
PRINCÍPIOS DA SUSTENTABILIDADE.....	9
• Sustentabilidade ambiental.....	9
--- Uso racional da água	9
--- Eficiência energética.....	11
--- Gestão de Resíduos Sólidos	14
--- Redução do Desperdício.....	17
• Sustentabilidade Sociocultural.....	18
--- Acessibilidade.....	20
--- Proteção à Infância	21
• Sustentabilidade Econômica.....	23
• Sustentabilidade Político-Institucional.....	24
O CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA PARA O TURISMO	25
ENGAJAMENTO – COMO POSSO COMEÇAR?	26
• A Campanha Passaporte Verde	26
• Certificações em Sustentabilidade	28
O MUNDO CONTA COM VOCÊ!.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

Disponível no sítio www.turismo.gov.br

Permitida a reprodução parcial ou total desde que indicada a fonte.



APRESENTAÇÃO

TURISMO EM CAMPO PELA SUSTENTABILIDADE

O turismo é, por essência, uma atividade que induz e, ao mesmo tempo, depende do desenvolvimento regional sustentável. Num país como o Brasil, apontado, pela terceira vez consecutiva em 2015, como o primeiro no ranking de 141 países no quesito atrativos naturais pelo Fórum Econômico Mundial, a sustentabilidade é item obrigatório na agenda prioritária.

Vale ressaltar que a sustentabilidade no turismo é entendida de forma ampla, de maneira a garantir a preservação não apenas dos recursos naturais, mas da cultura e da integridade das comunidades visitadas. Esses princípios permeiam os planos nacionais de Turismo e o Programa de Regionalização.

O presente guia visa estimular o trade turístico a adotar práticas sustentáveis. Implementar iniciativas muitas vezes simples que ajudam a reduzir custos ou minimizar o impacto social e ambiental dos empreendimentos.

Além de outras ações como o Passaporte Verde, uma parceria com o PNUMA desde 2008, focando o consumo consciente, esta publicação tem o objetivo de estimular o debate amplo sobre o turismo. Todos saem ganhando.

Henrique Eduardo Alves
Ministro de Estado do Turismo

1. INTRODUÇÃO

O Ministério do Turismo apresenta o guia “Turismo e Sustentabilidade”, que tem a finalidade de disseminar conhecimento e práticas de sustentabilidade passíveis de replicação nos empreendimentos, gerando retorno positivo em um ou mais dos aspectos: econômico, social e ambiental.

Ao tomar conhecimento das dicas e informações apresentadas no guia, pretende-se que o empreendedor adote medidas para tornar seu estabelecimento mais sustentável. É possível engajar-se ao tema com ações simples e de baixo custo, como a redução do consumo de energia, de água, destinação correta de resíduos, valorização da cultura local, dentre outras.

A ideia é que, à medida que as pessoas obtenham mais conhecimento acerca do tema “turismo sustentável”, possam se tornar agentes e multiplicadores de práticas que beneficiem o meio ambiente, as comunidades locais e os destinos.

Este guia é destinado aos prestadores de serviços turísticos, sejam eles proprietários, funcionários, colaboradores, bem como a todos que realizam atividades que impactam na cadeia do turismo e têm interesse em contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor e tornar seus empreendimentos mais competitivos.



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos naturais.

SUSTENTABILIDADE SOCIOCULTURAL

Assegura que o desenvolvimento preserve a cultura local e os valores morais da população, fortaleça a identidade da comunidade, e contribua para o seu desenvolvimento.

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Assegura que o desenvolvimento seja economicamente eficaz, garanta a equidade na distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gere os recursos de modo que possam suportar as necessidades das gerações futuras.

SUSTENTABILIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Assegura a solidez e continuidade das parcerias e compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais dos três níveis de governo e nas três esferas de poder, além dos atores situados no âmbito da sociedade civil.

3. A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

O ritmo acelerado das mudanças nas últimas décadas tem provocado os empreendedores a inovarem métodos, estratégias e produtos para que possam competir no mercado.

Empreendimentos que têm a sustentabilidade incorporada em sua essência e em sua atuação, e que se preocupam em gerir os impactos causados por suas atividades, produtos e serviços, têm conseguido avanços expressivos em visibilidade e resultados financeiros positivos.⁵

Nota-se a preferência de um número crescente de consumidores por empreendimentos engajados ao tema.

Empresas que praticam a sustentabilidade contribuem para o desenvolvimento da comunidade e o aumento da geração de renda ao contratar mão-de-obra local, adquirir produtos de fornecedores da região e elaborar ou participar de projetos sociais.

Para desenvolver a atividade de forma sustentável, deve-se buscar a economia de recursos, desde que este esforço não implique em prejuízos à qualidade e segurança dos serviços, à produtividade da equipe e ao conforto do consumidor, bem como não resulte na redução de postos de trabalho, e sim, na maior capacitação e contratação de trabalhadores da região.

⁵ DALLAS, N. Como tornar sua empresa ecologicamente responsável (Green Business Basics). 2009.

Vale a pena ressaltar que as ações de sustentabilidade aplicadas nos empreendimentos não devem ser apenas atitudes superficiais que visem sua promoção aproveitando o chamado "Marketing Verde". As práticas adotadas devem apresentar resultados concretos e significativos para o meio ambiente e a sociedade.

Saiba mais sobre os 4 princípios da sustentabilidade e conheça dicas objetivas que podem ser aplicadas no seu empreendimento.

4. PRINCÍPIOS DA SUSTENTABILIDADE

4.1 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade ambiental envolve o controle dos impactos ambientais e a conservação das áreas naturais e sua biodiversidade.



Toda atividade socioeconômica, incluindo o turismo, está intimamente ligada ao meio ambiente. É necessário protegê-lo e usufruir de seus elementos com responsabilidade para a conservação do destino e da qualidade de vida da comunidade receptora.

4.1.1 USO RACIONAL DA ÁGUA

A água, recurso natural essencial para a sobrevivência dos seres vivos, é também fator de produção de basicamente todos os bens de consumo, e elemento representativo de valores sociais e culturais.⁶

O seu volume no planeta é estável, mas sua disponibilidade varia bastante de acordo com a região. Sabe-se que 97,5% de toda a água na Terra está nos mares e oceanos, e dos 2,5% restantes, sob forma de água doce, apenas uma pequena parte está disponível para consumo.⁷

Um sexto da população mundial, mais de um bilhão de pessoas, não tem acesso à água potável, e, segundo a ONU, até 2025, se os atuais padrões de consumo se mantiverem, duas em cada três pessoas no mundo vão sofrer de escassez moderada ou grave de água.⁸

6 FERREIRA GOMES, M. A. Água: sem ela seremos o planeta Marte de amanhã. 2011.

7 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Recursos Hídricos. Brasília. 2006.










8 ONU. Organização das Nações Unidas. Rio+20 – Os temas em debate. 2012.




Aproximadamente 12% de toda a água doce superficial do mundo encontra-se no Brasil. Apesar disso, sua distribuição pelo território acontece de forma muito desigual, e a crise hídrica já afeta as principais regiões metropolitanas do país. Em poucos anos, o nível de importantes reservatórios de abastecimento caiu de maneira assustadora, deixando milhões de brasileiros sem água. As empresas, as indústrias, o agronegócio, o turismo, todos são afetados pela crise, o que acarreta em impactos negativos para a economia do país.

Mais que uma questão econômica, o uso consciente da água é uma questão de sobrevivência. O seu consumo precisa ser otimizado, visando a manutenção desse bem natural único.

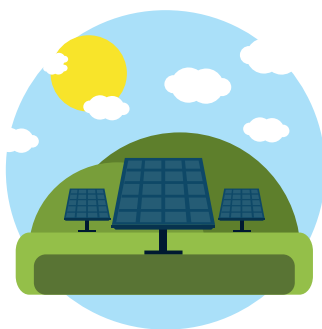
Simples mudanças no comportamento dos consumidores, como a redução do desperdício ao realizar os afazeres do dia-a-dia e a aquisição de produtos mais eficientes são importantes e devem ser incentivadas.

DICAS PRÁTICAS PARA O USO RACIONAL DA ÁGUA

-  **Busque informações sobre equipamentos que consomem água de forma eficiente, e sempre dê preferência a eles;**
-  **Não deixe torneiras abertas durante todo o tempo de lavagem de objetos e espaços internos e externos. Uma torneira aberta gasta de 12 a 20 litros de água por minuto;**
-  **Revise regularmente as instalações hidráulicas, para evitar desperdícios por vazamentos. Uma torneira pingando a cada 5 segundos representa mais de 20 litros de água desperdiçados em um dia;**
-  **Utilize chuveiros e torneiras com regulagem de pressão e arejadores, para maior controle do fluxo de água;**
-  **Oriente o responsável pela lavagem de roupas e louças a realizar os procedimentos de maneira eficiente, estipulando uma quantidade mínima de peças por ciclo de lavagem;**
-  **Implante um sistema de captação e aproveitamento da água da chuva, que poderá ser usado para manutenção dos ambientes e para a rega de plantas e jardins;**
-  **Faça o reuso da água para atividades que não necessitem do uso direto de água potável;**
-  **Prefira um sistema de irrigação localizado. Em caso de utilização de mangueira, adapte-a com um esguicho-revólver bem regulado;**
-  **Envolva os funcionários em uma campanha para o uso racional da água, com metas de redução de consumo;**

-  **Sinalize, especialmente em áreas comuns, dicas para o consumo consciente da água;**
-  **Em Meios de Hospedagem, disponibilize lenços para a remoção de maquiagem nas unidades habitacionais, para que as toalhas não sejam usadas com essa finalidade. Essa medida proporciona economia de água, energia e produtos de limpeza, bem como aumenta a vida útil do enxoval;**
-  **Os enxovais das UHs não precisam ser trocados diariamente. Estabeleça um procedimento a ser seguido para solicitar a troca. Ex: Deixar as toalhas no chão do banheiro. Para ser eficaz, é importante que essa regra fique bem clara para os hóspedes e os funcionários que trabalham na limpeza e arrumação das UHs.**

4.1.2 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA



Todas as atividades da sociedade moderna requerem o uso de uma ou mais fontes de energia. Para a conservação dos recursos naturais responsáveis pela sua geração, a ordem é consumir apenas o necessário, sem desperdícios.

A Eficiência Energética consiste em obter o melhor desempenho da produção de um bem ou serviço com o menor consumo de energia possível. As medidas de conservação de energia proporcionam ganhos ambientais imediatos e trazem grande economia de custos.



Dentre as iniciativas ligadas à eficiência energética estão os sistemas de certificação e etiquetagem que avaliam o desempenho de produtos, como o Selo Procel de Economia de Energia. Este selo é uma ferramenta simples e eficaz, criada pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, que permite ao consumidor conhecer, entre os equipamentos e eletrodomésticos à disposição no mercado, os mais eficientes quanto ao consumo de energia.

Ao adquirir um novo equipamento, procure sempre pelo selo e opte pelo que indicar o menor consumo de energia! Ainda que no momento da aquisição o custo possa ser um pouco maior, o investimento é rapidamente compensado pela redução no valor conta da luz.

Energia (Elétrica)	REFRIGERADOR	Indica o tipo de equipamento
Fabricante	ABCDEF	Indica o nome do fabricante
Marca	XYZ(Logo)	Indica a marca comercial ou logomarca
Tipo de degelo	ABC Automático	Indica o modelo / tensão
Modelo/tensão(V)	IQRZ220	
Mais eficiente	A	A letra indica a eficiência energética do equipamento
Menos eficiente		
CONSUMO DE ENERGIA (kWh/mês) <small>(baseado na lista climática tropical)</small>	XYZ	Indica o consumo de energia, em kWh/mês
Volume do compartimento refrigerado (l)	000	
Volume do compartimento do congelador (l)	000	
Temperatura do congelador (°C)	CCC -18	
<small>Regulamento Específico Para Uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia Linha de Refrigeradores e Freezers - NBR 13501/02 Instruções de instalação e recomendações de uso, veja o Manual do aparelho.</small>		
<small>IMPORTANTE: A REMOÇÃO DESTA ETIQUETA ANTES DA VENDA, ESTÁ EM DESACORDO COM O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</small>		

Saiba mais sobre Eficiência Energética no site: www.procelinfo.com.br

FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA ⁹

São aquelas que poluem menos do que as fontes de energia convencionais (carvão, combustíveis fósseis, etc.) e estão disponíveis na natureza em abundância: sol, vento e água, por exemplo. Seu uso pode promover a autonomia do empreendimento em relação às grandes centrais distribuidoras de energia.

O Brasil apresenta situação privilegiada em termos de utilização de fontes renováveis de energia. No país, 43,9% da Oferta Interna de Energia (OIE) é renovável, enquanto a média mundial é de 14% e nos países desenvolvidos, de apenas 6%.¹⁰

▪ Fotovoltaica (solar)

A radiação solar é captada por meio de placas de células fotovoltaicas, e transformada em energia elétrica. No Brasil, devido à grande incidência solar durante todo o ano, essa é uma boa opção de fonte alternativa de energia. Apesar de seu custo de instalação ser relativamente alto, o investimento é compensado a médio prazo, com a economia na conta de energia.

▪ Eólica (ventos)

Além dos grandes parques eólicos instalados nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, já existem equipamentos aéro geradores de menor porte, a partir de 50w nominais, que podem ser instalados para atender à demanda total ou parcial de um empreendimento. Outra opção são os aéro motores, que alimentam uma bomba d'água, por exemplo. Para isso, é preciso considerar a relação custo–benefício e o potencial de ventos de sua região.

⁹ BANCO SANTANDER. **Guia de sustentabilidade: Meios de Hospedagem**. São Paulo, 2010.

¹⁰ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Energias Renováveis no Brasil**. Brasília.

▪ Microcentrais hidrelétricas (rios e córregos)

Se a propriedade tem um curso d'água com queda de nível ou boa vazão, a energia do movimento das águas pode ser usada para criar uma microcentral hidrelétrica. Um de seus requisitos é a conservação da vegetação nativa ao redor do rio ou córrego, como forma de garantir boa quantidade de água para abastecer a turbina. Essa tecnologia requer licença estadual dos órgãos ambientais e de gestão de recursos hídricos.

O EFEITO ESTUFA E A COMPENSAÇÃO DE CARBONO












A intensa liberação de gases causadores do efeito estufa (GEEs) na atmosfera tem causado um aumento na temperatura do planeta, e seus impactos negativos afetam todos os ecossistemas. Algumas atividades turísticas, como o transporte de passageiros, intensificam as emissões de GEEs. Entre os meios de transporte, o avião é o responsável pela maior emissão de CO₂ na atmosfera.

As ações para mitigação das emissões de gases são extremamente necessárias para a minimização dos impactos no clima. Uma alternativa é a compensação ou neutralização de carbono.

A compensação de carbono é um comércio. Ao comprar créditos de carbono, você financia projetos que reduzem emissões de GEEs. Os projetos podem ser de reflorestamento, ampliação ou mudanças em usinas elétricas e fábricas ou aumento da eficiência energética de prédios e transportes. O mercado de compensação de carbono permite que você pague para reduzir a quantidade de GEE's existentes na atmosfera do planeta, em vez de fazer reduções radicais ou impossíveis sozinho ¹¹

11 DOWDEY, S. Como funciona a neutralização de carbono. 2007.

DICAS PRÁTICAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

-  **Aproveite ao máximo a iluminação natural do ambiente, abrindo cortinas, portas e janelas. Quanto menos luzes acesas, maior a economia de energia;**
-  **Mantenha luminárias sempre limpas para deixar o ambiente mais claro;**
-  **Use lâmpadas fluorescentes ou de LED, que duram mais e consomem menos que as incandescentes. A economia de energia pode chegar a 80%, e as lâmpadas podem durar de 10 até 50 vezes mais;**
-  **Obs. As lâmpadas incandescentes com potência de 60W saíram de circulação no mês de julho de 2015. A partir desta data é proibido produzir, importar e vender este tipo de lâmpada no Brasil.**
-  **Oriente os funcionários e colaboradores a retirar da tomada tudo que não estiver em uso no momento. Aparelhos em stand by podem representar até 15% dos gastos na conta de energia;**
-  **Implante um sistema de monitoramento do consumo de energia e peça a colaboração de todos para que ao verem lâmpadas ou aparelhos ligados sem necessidade, desliguem-nos;**
-  **Instale temporizadores ou sensores de presença nas áreas de circulação;**
-  **Regule a temperatura dos aparelhos de ar condicionado entre 22 °C e 24 °C, essa medida não causa desconforto térmico e ajuda na economia;**
-  **Sinalize áreas comuns com adesivos ou placas contendo instruções para a economia de energia.**

4.1.3 GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Resíduos sólidos representam tudo o que antigamente era denominado lixo, e que, embora não sirvam mais para sua finalidade inicial, podem virar insumos para outras atividades.¹²

Para qualquer resíduo gerado sempre haverá uma destinação mais apropriada do que o simples descarte no ambiente. Da reutilização à reciclagem, tudo tem valor, e pode inclusive tornar-se uma fonte de renda.

Existem diversos tipos de classificação para os resíduos sólidos, de acordo com sua origem, natureza ou periculosidade. No âmbito dos empreendimentos turísticos, os resíduos sólidos urbanos são predominantes e podem ser divididos segundo a composição química em:

Orgânicos (lixo úmido): alimentos e outros materiais que se decompõem com certa facilidade na natureza, tais como cascas e bagaços de frutas, verduras, material de podas de jardins e fezes de animais.

Inorgânicos (lixo seco): Produtos manufaturados, tais como metais, tecidos, papéis, plásticos e vidros.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos:

A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos¹³, dentre eles:

- A educação ambiental;
- A responsabilidade compartilhada pela destinação correta dos resíduos através da logística reversa, processo de coleta das embalagens após o consumo para serem reaproveitadas nas indústrias, no mesmo ou em outros ciclos produtivos;
- O incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

O Brasil está buscando adaptar-se às novas especificações desta lei. Saiba mais sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e acesse o texto integral da Lei nº 12.305/10 na página do Ministério do Meio Ambiente: www.mma.gov.br

OS 5 R'S DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Reduzir: O primeiro passo para diminuir a produção de lixo é reduzir o consumo. Faça escolhas conscientes: adquira produtos com pouca ou nenhuma embalagem, substitua o uso de sacolas de plástico por ecobags, compre equipamentos de qualidade para que não precisem ser trocados constantemente.

Repensar: Pense duas vezes antes de adquirir um produto, não tome decisões por impulso. Há necessidade da aquisição? Pondere sobre o que é fundamental e o que é desnecessário.

Reaproveitar: Vários produtos, após utilizados para sua finalidade original, podem ser reaproveitados para outros propósitos, sem que passem pelo processo de reciclagem, como potes de vidros, garrafas pet, etc.

Reciclar: Significa transformar objetos e materiais usados - como metais, papéis e papelões, plástico, etc. - em novos produtos, envolvendo a alteração de suas propriedades

13

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional De Resíduos Sólidos**. Brasília. 2015.

físicas, físico-químicas ou biológicas. Lembrando que esta ação está intimamente ligada à coleta seletiva!

Recusar: Recuse produtos que causem danos ao meio ambiente, prefira aqueles que são feitos de materiais recicláveis ou biodegradáveis. Dê preferência as mercadorias de empresas que tenham compromisso com a sustentabilidade.

A RECICLAGEM

O Brasil alcança índices expressivos quanto ao retorno de embalagens, como latas de alumínio e das garrafas PET. Projeções com base em dados públicos do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e de associações empresariais mostram que, atualmente, mais de 30% dos resíduos recicláveis coletados nas cidades são efetivamente recuperados – ou seja, são desviados dos lixões e aterros, retornando à atividade produtiva. No caso específico das embalagens, o índice de recuperação passa de 65%, sendo que, no caso do alumínio, o índice passa dos 98%.¹⁴

Ainda de acordo com dados do IPEA, considerando os atuais índices de reciclagem do país, essa atividade gera benefícios entre R\$ 1,4 bilhão e R\$ 3,3 bilhões anuais.

Por outro lado, o valor perdido ao destinar resíduos que poderiam ser reciclados a locais inapropriados, como aterros sanitários e lixões, pode chegar a 8 bilhões de reais por ano.

Para auxiliar na separação do material destinado a reciclagem, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA estabeleceu em sua resolução nº 275, de 25 de abril de 2001, cores que identificam as diversas categorias de resíduos sólidos. As que mais utilizamos são:












Embora a implantação de um sistema de separação de lixo nas categorias acima seja o ideal, iniciar o processo considerando apenas duas categorias, recicláveis e não recicláveis, já é um avanço importante.

¹⁴ CEMPRE. Compromisso Empresarial Para a Reciclagem. Cempre Review 2013. São Paulo, 2013.

Lembre-se de realizar essa separação em todos os tipos de estabelecimentos, inclusive nas UHs dos meios de hospedagem!

DICAS PRÁTICAS PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

-  **O primeiro passo deve ser a redução da produção de lixo. Ao reduzir o consumo, a quantidade de embalagens descartadas será menor;**
-  **Reutilize tudo que for possível, como caixas, potes de vidro, embalagens, etc;**
-  **Pratique a coleta seletiva;**
-  **Separe e encaminhe os resíduos para reciclagem, que é a transformação de materiais usados em novos produtos. Busque parceria com cooperativas ou associações de reciclagem na comunidade;**
-  **Adote a Logística Reversa, que consiste em devolver aos fornecedores as embalagens vazias de seus produtos, para a sua destinação adequada. A empresa pode ainda reaproveitá-las no mesmo ciclo ou em outros ciclos produtivos;**
-  **Crie um sistema de compostagem para resíduos orgânicos, como restos de alimentos, podas e jardinagem, por exemplo;**
-  **Não queime o lixo, essa prática libera gases tóxicos e polui o meio ambiente;**
-  **Reduza o consumo de papel! Ao utilizar a impressora, sempre que possível utilize a frente e o verso, ou imprima em folhas de rascunho;**
-  **Evite o uso de propagandas impressas como malas diretas e panfletos. Priorize as campanhas digitais.**

4.1.4 REDUÇÃO DO DESPERDÍCIO

Um terço dos alimentos produzidos no mundo é perdido ou desperdiçado no caminho entre o campo e a mesa do consumidor, de acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO.¹⁵ Enquanto mais de 870 milhões de pessoas no mundo passam fome todos os dias, o desperdício de alimentos chega a 1,3 bilhões de toneladas por ano.

O Brasil é considerado um dos 10 países que mais desperdiçam comida em todo o mundo, com cerca de 30% da produção praticamente jogados fora.¹⁶ São inúmeras as suas causas, desde o manejo incorreto durante a colheita e armazenagem, até o mal aproveitamento do produto pelos consumidores. As ações para minimizar o desperdício devem partir de todos que participam do processo de produção e consumo. Algumas atitudes são simples, e estão ao alcance de todos.

15 FAO. Reducing the Food Wastage Footprint. 2013.

16 IBIDEM, 2013

DICAS PRÁTICAS PARA A REDUÇÃO DO DESPÉRDÍCIO

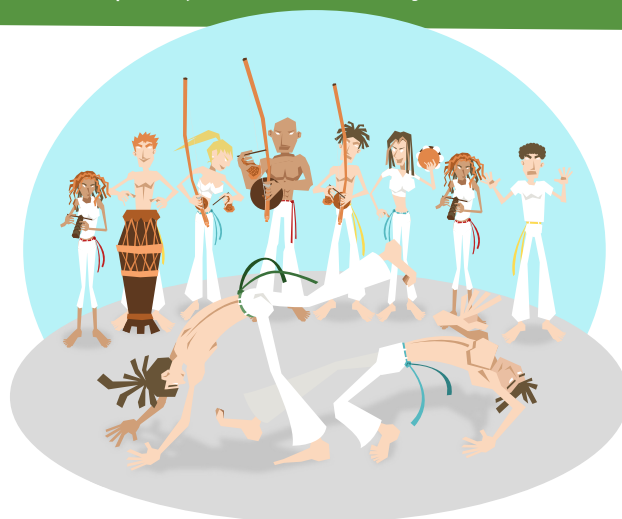
- **Faça compras com mais frequência - essa prática ajuda a adquirir apenas o necessário, evitando o estoque de alimentos que acabam se deteriorando;**
- **Oriente os funcionários para que congelem alimentos que não suportam bem a temperatura ambiente ou o calor;**
- **Proponha o aproveitamento das partes não convencionais dos alimentos, como talos e cascas, em algumas receitas;**
- **Oriente os clientes quanto às características e ao tamanho das porções servidas no restaurante;**
- **Flexibilize o tamanho das porções. Uma dica é servir, por exemplo, “meia porção” por um valor menor que o da porção normal;**
- **Adote uma taxa de desperdício, lembrando que essa informação deve estar em local visível ao cliente.**

A destinação correta para o óleo utilizado na cozinha também é essencial. Quando despejado na pia, um litro de óleo pode entupir o encanamento e contaminar até 20 mil litros d'água. Em muitas regiões, existem empresas que coletam o óleo de cozinha usado e, inclusive, disponibilizam recipientes para o seu armazenamento. Outra alternativa é encaminhar o material para pontos de coleta. Procure saber qual o procedimento na sua cidade.

No site Ecycle, é possível encontrar informações sobre os postos de descarte e doação mais próximos de você: www.ecycle.com.br.

4.2 SUSTENTABILIDADE SOCIOCULTURAL

A responsabilidade sociocultural envolve o comprometimento do empreendedor com a comunidade local, os seus funcionários, clientes e fornecedores no esforço de incorporar os interesses de todos no planejamento e execução das atividades.



Essa dimensão da sustentabilidade é particularmente importante para o desenvolvimento do turismo em âmbito regional, à medida que preza pela dignidade dos trabalhadores e comunidades envolvidas, pela valorização das pessoas, do patrimônio cultural e histórico, pela preservação dos costumes locais e incentivo ao resgate das tradições, incluindo manifestações artísticas, como a música, o folclore, as danças, o teatro e o artesanato.¹⁷

..... DICAS PRÁTICAS EM SUSTENTABILIDADE SOCIOCULTURAL



Aplique os valores de sustentabilidade no dia a dia do seu empreendimento para ganhar a confiança dos clientes;



Respeite a diversidade! Trate com cordialidade todos que frequentarem o empreendimento, independentemente da cor, idade, religião, gênero e orientação sexual;



Incentive o turista a conhecer a cultura local, visitar restaurantes típicos, feiras de artesanato, prestigiar espetáculos de dança e música regionais, entre outros;



Promova eventos culturais com a participação de artistas locais;



Monte uma pequena exposição com peças de artesãos da comunidade, ou utilize-os na decoração para promover a cultura local;



Valorize a gastronomia, ofereça em seu empreendimento pratos típicos da região e iguarias feitas por produtores locais;



Engaje-se em programas de responsabilidade social que envolvam o empreendimento e a comunidade, e até mesmo crie novos programas;



Participe, incentive e promova cursos de capacitação para a equipe;



Estimule os funcionários a conhecerem os atrativos turísticos que compõem o destino. É preciso que eles se apropriem e valorizem seu patrimônio, para passarem esse valor adiante;



Incentive a carona solidária entre os funcionários e colaboradores, e o uso de transportes alternativos como a bicicleta. Você pode facilitar esse processo instalando vestiário e bicicletário no empreendimento;



Todas as atividades realizadas no empreendimento devem estar regulares e de acordo com a legislação vigente. A segurança deve ser prioridade em todas as práticas desenvolvidas pelo setor.

4.2.1 ACESSIBILIDADE



A acessibilidade busca promover a igualdade de oportunidade, a solidariedade e o exercício da cidadania para facilitar o acesso e a efetiva participação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na sociedade.

Segundo dados do IBGE, no Brasil há mais de 45 milhões de pessoas que possuem algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 24% da população do país. Dentre outros públicos que também necessitam de atenção especial estão as pessoas obesas, crianças, idosos e gestantes.¹⁸

A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, por meio da norma NBR 9050:2004, estabelece critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade e de desenho universal em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, para que estes sejam considerados acessíveis, e define acessibilidade como “a condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”¹⁹.

Outro importante marco legal, em vigor desde o início de 2016, é a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência” – Lei nº 13.146/2015, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

É fundamental que os empresários do turismo viabilizem a inclusão e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística, de modo a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos. Além de ser um direito previsto em lei, a acessibilidade atrai uma fatia expressiva de consumidores, aumentando a competitividade do empreendimento.

O Ministério do Turismo, em parceria com o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), trabalha a acessibilidade por meio do Programa Turismo acessível, que se constitui em um conjunto de ações para promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística com segurança e autonomia.

Conheça o Programa Turismo Acessível por meio do portal www.turismoacessivel.gov.br. O site dá acesso à legislação específica ao tema, traz informações sobre como adequar os empreendimentos seguindo critérios de acessibilidade, e ainda permite que os usuários cadastrem e avaliem os empreendimentos turísticos de acordo com suas adaptações para acessibilidade.

18 Programa Turismo acessível. www.turismoacessivel.gov.br.

19 BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **NBR 9050**. Brasília, 2015.

·.....DICAS PRÁTICAS EM ACESSIBILIDADE.....·



As pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou idosas demandam atitudes e atendimento condizentes com suas necessidades. Assegure-se de que você e os demais funcionários estejam bem preparados para recebê-las, e que a estrutura física esteja adaptada corretamente;



Quando interagir com uma pessoa com deficiência, não faça rodeios. Seja direto, perguntando como pode ajudá-la. Se o auxílio for recusado, provavelmente é porque naquele momento ele não é necessário, não se sinta ofendido;



Caso precise de informação, dirija-se à própria pessoa com deficiência e não ao seu acompanhante.

4.2.2 PROTEÇÃO À INFÂNCIA



A exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. Vale destacar que a lei brasileira penaliza quem pratica, quem facilita e age como intermediário. É inaceitável, portanto, que o turismo seja um instrumento para essa prática.

Para denunciar os casos, existe o Disque Denúncia ou “**Disque 100**”, serviço de atendimento telefônico gratuito que funciona todos os dias, 24 horas. As ligações podem ser feitas de todo o Brasil, de qualquer telefone fixo ou móvel, basta discar 100. As denúncias são anônimas e o sigilo das informações é garantido. Denuncie também pelo e-mail disquedenuncia@sdh.gov.br.



**Turismo
Sustentável
e Infância**





Todos os agentes do setor de turismo, hotelaria, empresas, sindicatos, associações, organizações não-governamentais e comunidade devem atuar na proteção de crianças e adolescentes, especialmente das vítimas de exploração sexual.

O Ministério do Turismo trabalha para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo brasileiro por meio do Programa Turismo Sustentável e Infância – TSI, que tem como princípios o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e os direitos da criança e do adolescente.²⁰

O TSI subdivide-se em quatro eixos de ação:

- **Projeto de Inclusão Social com Capacitação Profissional**
Oferece cursos profissionalizantes ligados ao turismo para jovens em situação de vulnerabilidade social.
- **Projetos de Formação de Multiplicadores**
Forma pessoas para disseminar o conhecimento sobre o tema em 26 estados e no Distrito Federal.
- **Seminários de Sensibilização**
Realiza seminários para sensibilizar os empresários do setor, as instituições que trabalham com a temática, membros da sociedade civil e todos os envolvidos com turismo no Brasil. Todos os estados brasileiros já receberam os eventos.
- **Campanhas**
Todos os anos, são realizadas campanhas de incentivo às denúncias dos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, em eventos de mobilização nacional, onde são distribuídos diversos materiais de comunicação.

DICAS PARA O COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

-  Estabeleça uma política corporativa ética contra a exploração sexual de crianças e de adolescentes, e não deixe de orientar funcionários e colaboradores a contribuírem com a política da empresa;
-  Atue na mobilização do *trade* quanto à adoção de condutas de proteção e prevenção contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo;
-  Procure capacitar e dar oportunidades de emprego aos jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, buscando o seu fortalecimento pessoal;
-  Informe aos turistas – por meio de catálogos, brochuras, pôsteres, vídeos, páginas na internet e outros meios – sobre o posicionamento da empresa contra a exploração sexual de crianças e de adolescentes.

Saiba mais sobre Turismo sustentável e infância no site do Ministério do Turismo:
www.turismo.gov.br/acoes-e-programas

4.3 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

A Organização Mundial do Turismo – OMT define sustentabilidade econômica como a garantia de um crescimento turístico eficiente: a conciliação entre a criação de postos de trabalho com níveis satisfatórios de renda e o controle sobre os custos e benefícios dos recursos, o que garante sua continuidade para as gerações futuras.²¹



A atividade turística possui características que a tornam única dentre as atividades econômicas, especialmente em um país com tamanha diversidade como o Brasil.²² É uma ferramenta de inclusão social, geração de renda e oportunidades para o surgimento de pequenos negócios, que são a principal forma de desenvolvimento de uma comunidade. O crescimento nacional depende diretamente do fortalecimento local.

Dada a sua enorme capilaridade, o turismo é fundamental para o desenvolvimento da economia, pois é capaz de gerar oportunidades de emprego para pessoas de diferentes níveis de qualificação, e nos mais variados tipos de empreendimento, como meios de hospedagem, restaurantes, bares, áreas de diversão, meios de transporte, dentre outros.

DICAS PRÁTICAS EM SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

- § **Contribua para o desenvolvimento econômico da comunidade adquirindo produtos e serviços da região e contratando mão-de-obra local;**
- § **Demonstre o compromisso do empreendimento com a comunidade investindo parte do retorno financeiro da empresa em programas sociais, cursos de capacitação, projetos socioculturais, dentre outros;**
- § **Adote uma política inclusiva, contratando pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A obrigatoriedade de contratação é voltada apenas a empresas com mais de 100 funcionários, porém, é importante que empreendimentos menores também contribuam com a inclusão desses profissionais no mercado;**
- § **Adapte o empreendimento de modo que atenda às normas de acessibilidade. Além de demonstrar sua responsabilidade social, é uma forma de inseri-lo como alternativa no “catálogo” de consumo desses clientes em potencial, que representam quase 25% da população do país.**

21 BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Turismo e Sustentabilidade**. Brasília: MTur, 2009.

22 IBIDEM, 2009.

- § Investa em sistemas de consumo eficiente de água e energia, pois trarão benefícios econômicos para o empreendimento a curto e longo prazo;
- § Coloque em prática as dicas de economia de recursos já citadas nos outros princípios da sustentabilidade. Lembre-se que o primeiro passo para a economia é consumir com responsabilidade.

4.4 SUSTENTABILIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL

A sustentabilidade político-institucional é o princípio que assegura a solidez e continuidade das parcerias e compromissos estabelecidos entre o governo e a sociedade civil.²³



Vive-se um momento em que o poder público e a sociedade civil percebem no diálogo e na cooperação a oportunidade de solucionar problemas sociais e de desenvolvimento com maior efetividade.

A recomendação do Ministério do Turismo é a de planejar e gerenciar o desenvolvimento turístico a partir de Instâncias de Governança Regionais, que resultem da participação social e da cooperação entre as várias esferas de governo envolvidas com o desenvolvimento turístico e os atores locais, de modo que a responsabilidade pela elaboração, controle e, em alguns casos, execução de políticas públicas seja compartilhada.²⁴

23 BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Turismo e Sustentabilidade**. Brasília: MTur, 2009.

24 IBIDEM, 2009.

Para isso, devem participar do processo os grupos representados por líderes comunitários, empresários, universidades, organizações da sociedade civil e demais membros da sociedade, para que analisem e manifestem os interesses coletivos da população da região turística.

•• DICAS PRÁTICAS PARA A SUSTENTABILIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL ••



Busque o engajamento do seu empreendimento nas entidades representativas do setor em seu estado;



Participe de colegiados, tais como fóruns e conselhos estaduais/municipais, que visem a disseminação de políticas voltadas à sustentabilidade para garantir maior abrangência das ações;



Crie programas e metas de sustentabilidade para incentivar seus funcionários e colaboradores.

5. O CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA PARA O TURISMO



Publicado pela Organização Mundial do Turismo - OMT em 1999, O Código Mundial de Ética para o Turismo, em seus 10 artigos, vem reafirmar o Turismo como fator de desenvolvimento sustentável e de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade.

O Código prevê que as atividades turísticas sejam organizadas em harmonia com as peculiaridades e tradições das regiões e países receptores, respeitando suas leis e costumes, e defende ser possível conciliar economia com ecologia, meio ambiente com desenvolvimento e a abertura aos intercâmbios internacionais com a proteção das identidades sociais e culturais.

Destaca ainda:

- A responsabilidade das autoridades públicas nacionais, estaduais e locais e dos agentes de desenvolvimento turístico, em particular os profissionais do setor, pelo dever de proteger o meio ambiente e os recursos naturais, com perspectiva de crescimento econômico constante e sustentável;
- Respeito aos direitos humanos e em particular, aos direitos específicos de populações mais vulneráveis, especialmente as crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, minorias étnicas e populações locais;
- Proteção ao patrimônio artístico, arqueológico e cultural, com atenção particular à conservação e recuperação de monumentos, santuários e museus, como também dos lugares de interesse histórico ou arqueológico, que devem estar amplamente abertos à visita turística.

Acesse o texto completo do Código Mundial de Ética para o Turismo na página do Ministério do Turismo: www.turismo.gov.br/programas/5049-codigo-de-etica.html

6. ENGAJAMENTO – COMO POSSO COMEÇAR?

6.1 CAMPANHA PASSAPORTE VERDE



A campanha Passaporte Verde é uma iniciativa global do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que tem o objetivo de estimular práticas de consumo e produção sustentável no turismo. Propagada em diversos países como África do Sul, Brasil, Coreia do Sul, Costa Rica, Equador, França e Israel, a campanha já é referência internacional em disseminação de informações sobre turismo sustentável.²⁵

No Brasil, a campanha foi lançada em 2008 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Pnuma, com a parceria estratégica do governo Brasileiro representada pelos Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente.

Uma importante abordagem da Campanha é orientar e incentivar empresários do trade a adotarem práticas sustentáveis em seus estabelecimentos.

Engajar-se na Campanha Passaporte Verde é uma decisão que demonstra ao consumidor o compromisso do empreendimento com a sustentabilidade ambiental, econômica e social. Adotar essas práticas é mais simples do que pode parecer. O ingrediente principal é a colaboração de todos.²⁶

Assuma um compromisso voluntário com a Campanha Passaporte Verde seguindo estes passos:

- 1º** No site da Campanha, www.passaporteverde.org.br, na aba “Assuma um compromisso voluntário”, siga o link para preencher um formulário com dados do empreendimento e definir o nível de engajamento para as cinco dimensões da sustentabilidade propostas na campanha (consumo eficiente de energia, uso racional da água, redução no desperdício de alimentos, gestão eficiente de resíduos e responsabilidade social);
- 2º** Relacione as atividades que o estabelecimento se propõe a realizar para efetivar os compromissos assumidos;
- 3º** Assine digitalmente o Termo de Compromisso e de Engajamento na Campanha Passaporte Verde;

25 PNUMA. Programa Das Nações Unidas Para o Meio Ambiente. Ecoeficiência em empreendimentos turísticos – Orientações prática. Brasília: PNUMA, 2014.

26 Campanha Passaporte Verde: www.passaporteverde.org.br.

- 4º Imprima o painel de compromissos da Campanha Passaporte Verde e deixe-o em local visível. A divulgação do engajamento aos clientes valoriza o compromisso do empreendimento com a sustentabilidade;
- 5º Assista aos vídeos e consulte os materiais disponíveis no espaço de conhecimento;
- 6º Implemente os compromissos assumidos e ajude na divulgação da Campanha Passaporte Verde junto ao seu público.

Com medidas simples, os benefícios são visíveis para os empreendimentos engajados:

- Redução efetiva dos custos operacionais;
- Melhor posicionamento do estabelecimento junto ao público;
- Possibilidade de obter um novo canal de promoção através do portal, do aplicativo e das redes sociais da campanha;
- Possibilidade de utilizar os materiais promocionais da campanha (adesivos, cartazes, displays);
- Maior motivação e engajamento dos funcionários com a causa ambiental;
- Contribuição para o destino turístico como um todo.

As pré-condições para o engajamento do estabelecimento na campanha são:

- Ser um Meio de Hospedagem ou um Serviço de Alimentação;
- Estar legalmente constituído (CNPJ válido);
- Assumir real compromisso em aprimorar sua performance em sustentabilidade;
- Estar ciente de que estar engajado na Campanha Passaporte Verde não o isenta de nenhuma obrigação de cunho legal ou fiscal.

O Passaporte Verde não é um selo, nem uma certificação de sustentabilidade, mas, por tratar-se de uma campanha de engajamento voluntário, sua adesão pode e deve ser divulgada como forma de mostrar o compromisso da empresa com a sustentabilidade.

Saiba mais sobre a Campanha Passaporte Verde, e sobre o engajamento voluntário pelo site: www.passaporteverde.org.br

6.2 O PRÊMIO BRAZTOA DE SUSTENTABILIDADE



O Ministério do Turismo é parceiro da Associação Brasileira de Operadoras de Turismo (Braztoa) na promoção do maior prêmio de turismo sustentável do país, o Prêmio Braztoa de Sustentabilidade, realizado desde 2012, e que tem a chancela da Aliança Global para o Turismo Sustentável, da ONU. A iniciativa reconhece as melhores práticas e dá visibilidade às empresas e suas ações sustentáveis, estimulando a cadeia do turismo a agir de maneira ambientalmente responsável, socialmente justa e economicamente viável. Se sua empresa já pratica alguns dos procedimentos mencionados neste Guia, você pode

compartilhá-los no Prêmio Braztoa de Sustentabilidade, dedicado exclusivamente ao trade turístico. Além da possibilidade de reconhecimento e premiação da iniciativa, ela servirá de exemplo a outros empreendimentos e contribuirá para um turismo mais qualificado no Brasil.

Saiba como participar em www.braztoa.com.br

6.3 CERTIFICAÇÕES EM SUSTENTABILIDADE

Certificar-se é uma maneira de atestar a conformidade do seu produto, serviço ou sistema de gestão, de acordo com um padrão pré-estabelecido. Para os consumidores, adquirir um produto certificado transmite segurança, e pode ser o diferencial na hora da escolha do serviço.

No Brasil existem normas que definem padrões e estabelecem requisitos de sustentabilidade para os empreendimentos, aliadas a mecanismos de certificação.

A norma da ABNT **NBR 15401:2014** – Sistema de Gestão da Sustentabilidade em Meios de Hospedagem, apresenta requisitos mínimos de sustentabilidade a serem seguidos de forma que um meio de hospedagem seja considerado sustentável. A norma visa o fortalecimento do setor, uma vez que os turistas estão mais exigentes, e os destinos turísticos cada vez mais competitivos.

A adoção dos requisitos desta norma possibilita a redução de custos operacionais e de impactos socioambientais; contribui ativamente para a conservação e a recuperação da biodiversidade; promove a justiça social e a valorização da cultura local; estimula a participação e a transparência nos processos de decisão e representação comunitária, e proporciona destaque no mercado com a certificação do empreendimento.²⁷

Dica: Na página do Centro SEBRAE de Sustentabilidade os micro e pequenos empresários podem fazer o download do guia de implementação da NBR 15401. O site contém ainda dicas e informações a respeito de práticas sustentáveis voltadas a todos os tipos de empreendimentos. www.sustentabilidade.sebrae.com.br

27 ABNT, SEBRAE. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Meios de Hospedagem: Sistema de gestão da sustentabilidade. Rio de Janeiro: ABNT; SEBRAE, 2012.

A **NBR 15635:2015** – Serviços de alimentação — Requisitos de boas práticas higiênico-sanitárias e controles operacionais essenciais – especifica os requisitos de boas práticas e dos controles operacionais essenciais a serem seguidos por estabelecimentos que desejam comprovar e documentar que produzem alimentos em condições higiênico-sanitárias adequadas para o consumo. A NBR se aplica a todos os prestadores de serviço que realizam atividades como manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento, distribuição, transporte, exposição à venda e entrega de alimentos preparados para o consumo, como lanchonetes, bares, restaurantes, dentre outros.

É indicada em especial aos pequenos negócios que ainda não utilizam uma ferramenta de segurança de alimentos e necessitam qualificar os seus serviços.

A implantação da norma, além de garantir a produção do alimento com segurança, reduz as perdas de matérias primas e favorece uma melhor organização interna do estabelecimento, resultando em maior produtividade para o negócio.²⁸ Saiba mais sobre a NBR ISO 21101:2014 no site da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura: www.abeta.tur.br.

Existe ainda a **NBR ISO 21101:2014** - Turismo de aventura — Sistemas de gestão da segurança — Requisitos. Esta norma da ABNT estabelece os requisitos mínimos para um sistema de gestão da segurança (SGS) para prestadores de serviços das atividades de turismo de aventura, que são incentivados a analisar suas atividades de turismo de aventura, entender os requisitos dos participantes, definir os processos que garantam a segurança e manter esses processos sob controle²⁹. Saiba mais sobre a NBR ISO 21101:2014 no site da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura: www.abeta.tur.br.

A aplicação correta da norma traz benefícios ao empreendedor, à medida que estará ofertando um produto de qualidade, de forma responsável e segura, e ao consumidor, que aproveitará o turismo de aventura com tranquilidade.

Para obter a certificação em conformidade com as NBRs 15401, 15635 e 21101, é necessária uma auditoria, realizada por entidades certificadoras independentes, acreditadas pelo INMETRO. A lista dessas entidades pode ser conferida no site do INMETRO, pelo endereço: www.inmetro.gov.br/organismos/index.asp

28 SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Norma da ABNT especifica requisitos a serem atendidos na manipulação correta de alimentos e traz segurança aos empresários. Brasília. 2015.

29 AVENTURA MANGO. *Gestão de Segurança em Turismo de Aventura—NBR ISO 21101*. Natal. 2015.



O PLANETA CONTA COM VOCÊ

Em setembro de 2015, os líderes de Governo e de Estado membros da ONU aprovaram, por consenso, o documento “**Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**”. Na Agenda foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, vigentes até 2015. Para os novos objetivos, foram definidas 169 metas a serem alcançadas com a participação ativa de todos, incluindo governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia, e Nações Unidas.³⁰

Dentre os 17 ODS, três tem relação direta com o turismo, são eles: ³¹

Objetivo 8. Empregos dignos e crescimento econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Objetivo 12. Consumo Responsável - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 14. Vida Debaixo da Água - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

É possível, com ações locais, contribuir para o alcance de metas globais, como as estabelecidas nos ODS, tão importantes para assegurar a qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Mesmo com tamanha diversidade de crenças, culturas e valores, devemos ter em comum o respeito pelo meio ambiente, pelas pessoas e pelo mundo em que vivemos.

Faça sua parte, promova o turismo responsável! Atue em prol da conservação dos recursos naturais, consuma de forma sustentável, valorize os destinos e as comunidades locais, inspirando outros a fazerem o mesmo. O planeta conta com você!

³⁰ PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro. 2015.

³¹ IBIDEM, 2015.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABETA, Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. São Paulo, 2015.

ABNT, SEBRAE. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Meios de Hospedagem: Sistema de gestão da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: ABNT; Sebrae, 2012.

AVENTURA MANGO. **Gestão de Segurança em Turismo de Aventura–NBR ISO 21101**. Natal, 2015. Disponível em: <www.aventuramango.com.br/2015/01/NBR-ISO-21101.html>.

BANCO SANTANDER. **Guia de sustentabilidade: Meios de Hospedagem**. São Paulo, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Brasília: MMA, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional De Resíduos Sólidos**. Brasília: MMA, 2015.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Energias Renováveis no Brasil**. Disponível em: <www.mme.gov.br/programas/proinfa/menu/programa/Energias_Renovaveis.html>.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Turismo e Sustentabilidade**. Brasília: MTur, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Guia Turismo Acessível**. Brasília: MTur, 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa Turismo Sustentável e Infância**. Brasília: MTur, 2004. Disponível em: <www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/4818-programa-turismo-sustentavel-e-infancia.html>.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **NBR 9050**. Disponível em: <www.pessoacomdeficiencia.gov.br>.

BRAZTOA. Associação Brasileira das Operadores de Turismo. Diretrizes de Sustentabilidade. 2012. Disponível em: <www.braztoa.com.br/publicacoes>.

CEMPRE. Compromisso Empresarial Para a Reciclagem. **Cempre Review 2013**. São Paulo, 2013.

DALLAS, Nick. **Como tornar sua empresa ecologicamente responsável (Green Business Basics)**. 2009. Tradutor: Bernardo Araujo.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003

DOWDEY, S. **Como funciona a neutralização de carbono**. Disponível em: <ambiente.hsw.uol.com.br/carbono-compensacao4.htm>.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Reducing the Food Wastage Footprint**. 2013

FERREIRA GOMES, M. A. **Água: sem ela seremos o planeta Marte de amanhã**. 2011

ONU. Organização das Nações Unidas. **Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro. 1991. Tradução de: "Our Common Future".

ONU. Organização das Nações Unidas. **Rio+20 – Os temas em debate**. Disponível em: <www.onu.org.br/rio20/temas-agua>.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <www.pnud.org.br/ods.aspx>.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro. 2015.

PNUMA. Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente. **Campanha Passaporte Verde**. Brasília: PNUMA, 2008.

PNUMA. Programa Das Nações Unidas Para o Meio Ambiente. **Ecoeficiência em empreendimentos turísticos – Orientações prática**. Brasília: PNUMA, 2014.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Gestão de Resíduos**. Cuiabá. 2012.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Norma da ABNT específica requisitos a serem atendidos na manipulação correta de alimentos e traz segurança aos empresários**. Disponível em: <www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Certifica%C3%A7%C3%A3o-garante-a-qualidade-e-a-seguran%C3%A7a-dos-alimentos>.